

## **HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA NO GOLPE DE ESTADO CONTRA HUGO CHAVES SOB A ÓTICA DO DOCUMENTÁRIO “A REVOLUÇÃO NÃO SERÁ TELEVISIONADA”**

*Luiz Cezar dos Santos Miranda<sup>1</sup>*

As mudanças políticas ocorridas na América Latina desde o final da década de 90 do século passado têm produzido uma série de debates sobre os rumos do continente, tanto por parte dos que vislumbram um novo período de governos comprometidos com interesses populares e avessos aos interesses estadunidenses, assim como preocupações por parte daqueles que não vêem com bons olhos – por concepção política – tais mudanças. O fato é que as vitórias eleitorais de candidatos de inclinação de esquerda como Hugo Chavez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia e Rafael Correa no Equador, tem balançado a geopolítica latino-americana, onde os interesses de Washington são questionados em nome das forças populares que sempre foram subjugadas pelas elites dominantes nos últimos 500 anos. A julgar pelas aspirações populares por mudanças, as eleições de Lula no Brasil, Michele Bachellet no Chile e Tabaré Vasquez no Uruguai – todos perseguidos pelas ditaduras militares de seus países – deveriam representar também um projeto político assumido pelos três primeiros, mas o que se verifica é a continuidade de uma política neoliberal e de alinhamentos dos interesses estrangeiros, sobretudo dos Estados Unidos e suas agências multilaterais.

A luta política pressupõe interesses de classe. Tais mudanças no continente significa uma reorganização dos grupos hegemônicos e contra-hegemônicos, em todas suas esferas. Assim, tanto o Estado, como a sociedade civil e o mercado – tendo a mídia na interseção destas duas últimas – não tem posição de neutralidade, muito pelo contrário, se pautam por manifestar seus interesses, tanto contra como a favor dessa reorganização. Quais as perspectivas dessas mudanças políticas? Tal fenômeno indica o fim da hegemonia *yankee* na região? O quadro geopolítico atual pressupõe uma contra-hegemonia ao neoliberalismo e a globalização de injustiças e exclusão? Qual a extensão e a durabilidade desse quadro? A resposta está por vir com a história.

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia.

De todos os países citados como rompimento com a política neoliberal e que tem chamado a atenção do mundo pelas suas posições, a Venezuela é o mais emblemático. Quarto maior produtor de petróleo do mundo (maior fonte de riqueza do país), mas com 80% da população vivendo na pobreza, o país do norte da América do Sul tem sido marcado pelas mudanças políticas empreendidas por Hugo Chavez desde sua eleição para presidente da república em 1998 e que tem ultrapassado as fronteiras venezuelanas. Com forte apelo popular, Chavez assumiu um programa de atendimento dos interesses nacionais em detrimento dos da elite local, que tem fortes ligações – quase explícitas – com a burguesia estadunidense. De origem popular – o que cria uma forte identificação popular - e com um projeto de uma *revolução bolivariana*, Chavez tem invertido as prioridades do Estado venezuelano ao assumir seu projeto contra-hegemônico. A reação da elite não poderia ser diferente, com apoio da mídia do país, que é controlada por fortes grupos econômicos, a classe dominante tem empreendido uma forte oposição ao governo de Hugo Chavez, na medida em que perdeu a hegemonia do aparelho estatal.

Diversos observadores mundiais têm voltado suas atenções para a situação política na Venezuela, sobretudo pelos ingredientes explosivos envoltos numa conjuntura pouco ou quase nada imaginável diante da vaga neoliberal que não admite nenhuma força divergente à sua concepção política-ideológica. Com um discurso claramente anti-capitalista e anti-Bush (como expressão dessa vaga neoliberal), Chavez chama a atenção do mundo. Não por menos, uma equipe de documentaristas irlandeses foram a Venezuela para rodar um documentário sobre Chavez quando presenciaram o golpe de Estado para depor o presidente bolivariano. O golpe evidenciara a instável democracia liberal burguesa na Venezuela e na América Latina e a contra-reação do grupo hegemônico que perdera o controle do aparelho estatal e, sobretudo, na sociedade civil. O presente trabalho objetiva analisar a hegemonia e contra-hegemonia no golpe de Estado contra Hugo Chaves em 2002 sob a ótica do documentário *A revolução não será televisionada*.

### **Estado, sociedade civil e hegemonia**

O Estado tem sido analisado ao longo da história por sujeitos coletivos e individuais no que concerne ao seu caráter e as possibilidades de sua superação. Lênin (2007) busca na

formulação marxiana a concepção crítica de Estado, interpretando Engels, onde em *A origem da família, da propriedade e do Estado*, cita

O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, “a realidade da Idéia moral”, nem “a imagem e a realidade da Razão” como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se entre devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da “ordem”. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e afastando cada vez mais, o Estado.

O Estado, dessa forma, é fruto de uma construção histórica e um instrumento de exploração da classe operária, segundo Lênin, concordando com Engels. Com efeito, para por fim a opressão e a exploração da classe dominante, o fim do Estado se faz mais que necessário, com o fim do antagonismo entre classes, desaparecendo da mesma forma como apareceram, com o mesmo destino histórico. Tal destino não se dá por acaso, mas pela luta política daqueles que se opõem à dominação e a exploração. Como estratégia, faz-se necessário a tomada do controle do Estado pelas forças populares para operar seu “definhamento”<sup>2</sup>:

O proletariado se apodera da força do Estado e começa a transformar os meios de produção em propriedade do Estado. Por esse meio, ele próprio se destrói como proletariado, abole todas as distinções e antagonismos de classe e, simultaneamente, também o Estado, como Estado. A antiga sociedade, que se movia através dos antagonismos de classe, tinha necessidade do Estado, isto é, de uma organização da classe exploradora, em cada época, para manter as suas condições exteriores de produção e, principalmente, para manter pela força a classe explorada nas condições de opressão exigidas pelo modo de produção existente (escravidão, servidão, trabalho assalariado). O Estado era o representante oficial de toda sociedade, a sua síntese num corpo visível, mas o era como Estado da própria classe que representava em seu tempo toda a sociedade: Estado de cidadãos proprietários de escravos, na Antiguidade;

---

<sup>2</sup> Lênin afirma que o termo *definhar* é feliz porque exprime, ao mesmo tempo, a lentidão do processo e a sua espontaneidade.

Estado da nobreza feudal, na Idade Média; e Estado da burguesia, nos nossos dias. Mas, quando o Estado se torna, finalmente, um representante efetivo da sociedade inteira, então torna-se supérfluo. Uma vez que não haja nenhuma classe social a oprimir; uma vez que, com a soberania de classe e com a luta pela existência individual, baseada na antiga anarquia da produção, desapareçam as colisões e os excessos que daí resultavam – não havendo mais nada a reprimir, e, um poder especial de repressão, um Estado, deixa de ser necessário.

É certo que o Estado se complexificou desde os tempos de Lênin e Engels aos dias de hoje, embora seu caráter de classe permaneça. Ralph Miliband (1972) e Poulantzas (1977) procuram responder a essas complexidades do Estado contemporâneo, seguindo a análise marxista. Miliband destaca a diferença entre governo e Estado, destacando que se faz muita confusão sobre a natureza e a incidência do poder estatal e tal confusão pode acarretar conseqüências políticas. O autor chama atenção para, nessa confusão, acreditar que governo é realmente o Estado, e, com efeito, acreditar que a obtenção do poder governamental equivale a aquisição do poder estatal. Miliband aponta que tal crença está repleta de grandes riscos. “A fim de entender a natureza do poder estatal, é preciso antes de tudo distinguir e em seguida relacionar os vários elementos que integram o sistema estatal”, afirma. Poulantzas analisa a crise do Estado capitalista moderno, em sua fase monopolista – diferentemente de Lênin e Engels, que se reportavam ao Estado em sua fase concorrencial - está articulada com as transformações mais gerais relativas a sua forma nessa fase. Na contemporaneidade, o Estado capitalista se apresenta com seu caráter imperialista – já previsto por Lênin – entrando em uma nova fase de sua evolução: a globalização, sobretudo dos processos produtivos e do funcionamento dos diversos mercados (Boron, 2006).

Atílio Boron tem se debruçado sobre temas como os movimentos sociais e processos de hegemonia e contra-hegemonia, sobretudo na América Latina, e as perspectivas de transformação social. Ao fazer tal discussão, o autor argentino indaga sobre um dilema, lembrando os escritos de Marx: “como constituir um sujeito coletivo capaz de liberar a sociedade de todas as suas amarras, superando a atomização e fragmentação próprias do individualismo da sociedade burguesa?”, ou, em termos hegelianos, “como deixar de ser *classe-em-si* e se converter em *classe-para-si*?”. A resposta a tal pergunta, que custa caro, não se tem de imediato, o que tem suscitado muito debate por parte daqueles que

se opõem ao capital e a sua sociedade. Para o sociólogo argentino, os movimentos sociais podem assumir um papel de vanguarda nesse projeto de transformação social, haja visto que, segundo o autor, os partidos políticos atravessam grave crise, o que explica em boa medida o crescente papel desempenhado pelos movimentos sociais nos processos democráticos na América Latina. Considera ainda que houve uma “deslegitimação da política e dos partidos”, abrindo espaços para os movimentos sociais, adquirindo protagonismo na maioria dos países. Boron considera isso como reflexo da incapacidade dos fundamentos legais e institucionais das “democracias” (aspas do autor) latino-americanas para resolver a crise sócio-político dentro dos procedimentos estabelecidos constitucionalmente.

Boron considera que as grandes mobilizações políticas de grandes setores da sociedade latino-americanas se devem às lutas contra políticas neoliberais de governo do continente. Porém, sem querer cair no entusiasmo momentâneo, o autor questiona se essas mobilizações são meros episódios isolados ou refletem uma “dialética histórica tendencialmente orientada para a reinvenção da democracia?”. Respondendo a sua própria indagação, Boron assinala que – observado o período histórico, a começar pelos anos 80 – não foi nada acidental a crescente mobilização das classes populares. Não por menos, os governos dos países da América Latina que caíram por força da pressão popular foram justamente aqueles que eram obedientes a Washington. Os que não caíram enfrentaram os movimentos sociais que se opunham às políticas neoliberais, realizando campanhas vitoriosas, como o Uruguai (obras sanitárias e terminais portuários); o abastecimento de água e a eletricidade na Bolívia e Peru; as grandes mobilizações em todo continente contra a ALCA; para pedir a nacionalização do petróleo e gás na Bolívia; contra a privatização do petróleo no Equador e a telefônica na Costa Rica; e os sistemas de saúde em vários países.

A reflexão que se tem que fazer desse novo protagonismo é sobre a necessidade que os partidos políticos, sobretudo os que tem um projeto emancipador, de conceber uma estratégia que supere os limites do jogo eleitoral. “Não se pode transformar radicalmente uma ordem social estruturalmente injusta e predatória somente com armas eleitorais”, afirma Boron, que considera que a burguesia sabe bem disso, não trabalhando de modo “ingênuo e unilateral” e não tem uma estratégia única, em um só cenário de luta. Para fazer esse enfrentamento, uma estratégia contrária à burguesia

requer grandes e diversificados recursos que nenhuma força popular tem a sua disposição. Porém, é certo também que os partidos de esquerda que tem perspectiva transformadora não basta denunciar a injustiça da sociedade capitalista, e sim serem capazes de conceber e aplicar estratégias mais integrais, que combinem, junto com a eleitoral, outras formas de luta. Nesse terreno, os movimentos sociais têm demonstrado maior criatividade que as organizações políticas. Boron (2006) lembra que os últimos acontecimentos no continente demonstram que esses movimentos tem adquirido uma capacidade inédita de desalojar do poder governos anti-populares, desconsiderando mecanismos estabelecidos constitucionalmente.

Inspirado, sobretudo em Lênin e Rosa Luxemburgo, o sociólogo argentino afirma que os problemas da organização popular, a consciência e a tática de luta têm inúmeras interrogações. Para Boron, a questão da organização é uma questão política, de primordial importância. Essa questão não goza de audiência na atual conjuntura, a exemplo da concepção de Hardt e Negri de que

Los movimientos sociales son las expresiones infinitas de la multitud y esta, por su carácter descentrado, desterritorializado, molecular e nomádico, es radicalmente incompatible con un planteamiento de estrategia y táctica, que consideran una forma de actuación política correspondiente a una época, la del imperialismo, según ellos historicamente superadas (*op cit*).

Contrariando as teorizações da moda, Boron afirma que o problema da estratégia e da tática para as classes subalternas está indiscutivelmente unido a de perspectiva de sua própria emancipação. Não há alternativa fora do protagonismo que podem assumir os sujeitos que constituem o campo popular.

De acordo com o marxista argentino, sem a mobilização dos movimentos sociais, sem suas conquistas do espaço público não haverá mudanças para o pós-neoliberalismo. Boron afirma que isto só não basta, pois, a exemplo das mobilizações populares que conseguiram derrotar governos neoliberais se esfumaram logo depois, porém reconduzindo governos muito parecidos com os defenestrados. Esses movimentos não foram capazes de sintetizar sua diversidade em um novo sujeito político imbuído dos

atributos necessários para consolidar a correlação de forças existente e evitar a recaída de situações anteriores.

Para além das questões levantadas acima, a disputa política e ideológica travada pelos setores populares para a construção de uma nova sociedade, ou mesmo de um período pós-neoliberal, pressupõe a conquista de “corações e mentes” de todos aqueles que não detém a propriedade dos meios de produção. Se os movimentos sociais encontram-se na esfera da sociedade civil, é nesta que os proponentes da mudança devem pensar a organização e a mobilização para a transformação como um todo da sociedade. Até então, as principais contribuições dos teóricos materialista pressupunham a tomada do Estado como alvo central das ações revolucionárias. Porém, para tanto, é necessário um acúmulo para tal empreitada. Nesse sentido, a formulação de Gramsci dá uma grande contribuição no sentido de pensar a sociedade civil no seu aspecto cultural como fator fundamental para alcançar a sociedade política e sua transformação. Por sociedade civil Gramsci entende tudo que não é estatal e não está relacionado com a esfera econômica (igreja, sindicatos, clubes, imprensa, escola, etc), diferentemente da elaboração de Marx.

Gramsci, fortemente influenciado pela conjuntura italiana no período em que viveu de um processo de “endurecimento” político e burocrático na União Soviética, entende que a conquista do poder (sobretudo estatal) não se dá exclusivamente no plano político, pensado a exemplo de Lênin (Portelli, 1977), mas também na esfera mais permeável a acúmulos a ações fora da ordem, que é a sociedade civil, no seu aspecto cultural. É na sociedade civil que Gramsci aposta na transformação da superestrutura, acreditando ser a esfera onde a disputa é mais livre. Na elaboração marxiana, sociedade civil é a produção privada. O pensador italiano inova e dá contribuição ao pensamento revolucionário ao criar o conceito de hegemonia, sendo que esta é fundamental para qualquer processo de tomada de poder. Nesse sentido,

Hegemonia é uma combinação de liderança (ou direção moral) com dominação. É exercida através do consentimento e da força, da imposição e da concessão, de e entre classes e blocos de classes e frações de classes. Esta pode se dar de forma ativa, como vontade coletiva, ou se manifestar de forma passiva, através de um apoio disperso ao grupo dirigente/dominante (Almeida, 2003).

A hegemonia também se apresenta como uma construção instável, sempre sujeita a alterações na sua correlação de forças, pois para toda hegemonia há contra-hegemonia. Por isso há que a hegemonia sempre renovar-se (não necessariamente mudar), a cada conjuntura<sup>3</sup>, com concessões e coerções, pois o exercício do poder exclusivamente pela segunda forma, expressando-se de forma despótica, ditatorial, não arregimentaria o apoio necessário para sua sustentação que não fosse só por uma conjuntura. O que Gramsci formula é que dominação pura e simples não basta para a manutenção do poder. É necessário a concessão para a construção de valores comuns, tanto para mascarar os antagonismos de classe como para legitimar a classe dirigente/hegemônica. A dominação não pode parecer como dominação, e sim como uma sociedade comum a todos, sem distinção de classes. E é nos aspectos culturais, na construção de valores que Gramsci considera fundamental a luta política. Sem a hegemonia nessa esfera não há possibilidade de construção contra-hegemônica.

Mas não só no campo cultural que a hegemonia se expressa e/ou se constrói. A economia, como esfera fundamental da sociedade, também exerce importância nuclear na elaboração de Gramsci, “(...) pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não se pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (Gramsci, citado por Almeida, 2003). Para que um grupo ou classe seja hegemônico não basta ser dominante, tem também que controlar a economia. Assim, as relações entre as esferas da economia, do Estado e da sociedade civil são imbricadas, dinâmicas e dialéticas, influenciando e sendo influenciados. A hegemonia permeia, então, as esferas citadas.

Por apresentar certo grau de instabilidade, a hegemonia pressupõe a contra-hegemonia, ou seja, forças que resistem à ação dirigente/dominante, propondo projetos alternativos ao estabelecido. Nesse aspecto, a leitura sobre a luta de classe pode ser feita à luz do conceito de tal dicotomia. Com efeito, essa relação de classes com o processo hegemônico tem ligação indissolúvel com o conceito de Bloco Histórico, pois “segundo Gramsci, é no interior do bloco histórico que se realiza uma hegemonia determinada”

---

<sup>3</sup> Conjuntura em Gramsci é vista não como algo passageiro, mas como uma análise das relações estruturais se manifestam em determinado momento.

(Macciocchi, 1977). A autora cita o próprio Gramsci, nos *Cadernos do cárcere*, para definir tal conceito:

A infra-estrutura e a super-estrutura formam um ‘bloco histórico’, ou seja, o conjunto complexo, contraditório e discordante da super-estrutura é o reflexo do conjunto de relações sociais de produção.

O Bloco Histórico é, destarte, uma articulação de forças políticas, culturais hegemônicas e se constrói a partir de uma aliança de classes e frações de classe, mas que só se efetiva a partir da conquista do poder de estado, momento em que se concretiza a hegemonia como combinação de direção e dominação (Almeida, 2003).

Gramsci dá destaque ao papel dos intelectuais – que tem função dirigente - no processo de construção e manutenção da hegemonia. Um dos requisitos para o exercício da hegemonia é a atração para seu campo de intelectuais antagônicos a sua classe pela sua importância na criação de visão de mundo, de concepções ideológicas, o que poderia se dar no campo contra-hegemônico, sendo que a reação do grupo hegemônico seria, a princípio, a cooptação desses intelectuais, na permanente luta política de classes. Ao processo de mudança de posição de classe de intelectuais Gramsci concebe como uma decapitação intelectual, quando este renega suas elaborações originais em defesa da classe contra-hegemônica e passa a aderir ao Bloco de Poder. A decapitação intelectual, metáfora criada por Gramsci para designar a capitulação de classe, obviamente aponta para a semelhança com a decapitação física na medida em que há resistência desses intelectuais aos “chamamentos” da força contrária, sendo que a coerção é um meio utilizado pelos grupos hegemônicos para exercer a dominação, assim não exitariam em lançar mão de expedientes para eliminar fisicamente aos que ameaçarem o poder instituído. Por sua vez, o transformismo é quando um intelectual passa a defender outra posição de classe sem antes ter defendido uma outra de origem.

### **O golpe televisionado**

Os documentários, gênero cinematográfico que tem tido um crescimento considerável de produções em todo o mundo, tem sido usado como alternativa de registro de fatos os quais não tem cobertura da grande mídia, por diversos motivos, sobretudo político. O

interesse do público e de produtores independentes tem despertado a atenção até da conservadora Hollywood, que instituiu o *Oscar* de melhor documentário. Procurando dar voz a quem não tem, muitos documentários retratam os *outsiders* e seus mundos. Talvez daí o interesse de grande público, procurando o que a grande mídia não mostra. *A revolução não será televisionada* insere-se nessa categoria. Com uma produção acidental pelo seu foco – o golpe de Estado contra Hugo Chavez em 2002 – o objetivo inicial era retratar a figura inquietante do presidente venezuelano e seu governo bolivariano quando toda a equipe foi surpreendida com o golpe. Aproveitando o momento histórico e a repercussão mundial do fato, mudaram o objetivo para o próprio golpe defenestrado.

Com duração de 74 minutos, filmado e dirigido pelos irlandeses Kim Bartley e Donnacha O'Brian, a produção tem um ritmo dinâmico, iniciando com a manifestação popular de apoio a Chavez, com milhares de pessoas nas ruas saudando o presidente da Venezuela com seus eloqüentes discursos contra o neoliberalismo e o governo Bush para, logo em seguida, mostrar imagens e narrações da imprensa sobre o golpe, numa edição usual de mostrar o tema central do filme para depois evidenciar o desenrolar dos fatos. Essas imagens são entrecortadas por âncoras de telejornais da CNN estadunidense e congêneres, anunciando que “o exército havia tomado conta do país” e que o presidente deposto era aliado de Cuba e não da Casa Branca, num evidente discurso anti-comunista que justificaria o golpe.

Os produtores esclarecem como ocorreu o tema do filme ao anunciar que chegaram sete meses antes do golpe para filmar a vida de Hugo Chavez, que desperta interesse mundial. Eleito em 1998 presidente da república, Bartley e O'Brian evidenciam a inspiração de Chavez em Simon Bolívar, líder latino-americano que livrou a Venezuela do jugo espanhol no século XIX e agora pretende livrar o povo da política neoliberal de Washington. A rotina como presidente, ate mesmo nos espaços mais próximos, a câmara de *A revolução...* aparece como mais um dos próximos a Chavez, que aparece de uniforme militar visitando o interior do país no que o filme diz ser para conscientização popular. Os mais próximos movimentos de Chavez são mostrados pela lente dos produtores irlandeses que acompanha todos os seus passos.

Em 1999 Chavez consegue aprovar, por meio de um referendo popular, a nova Constituição da Venezuela, que ampliou a participação política das massas populares através da organização dos círculos bolivarianos pelos bairros e favelas. Chavez tinha clareza que a construção de uma nova hegemonia passava pela mudança no aparato jurídico que permitisse criar espaços no aparelho estatal que possibilitasse a utilização desse aparato jurídico como aliado tático para a construção de sua contra-hegemonia. Por sua vez, a conquista do apoio da sociedade civil era um passo dado que garantiria a sustentabilidade para a construção de um novo Bloco de Poder. No Estado democrático de direito liberal burguês, a Constituição Federal tem importância crucial para a definição dos limites das ações de consenso e coerção, embora nos momentos de ruptura o Bloco de Poder não respeite tais limites.

O apoio a Chavez vinha das classes populares. Era na sociedade civil que buscava seu apoio político, não sem um apelo populista que sempre esteve presente na América Latina. Conversando pessoalmente com o povo, atendia aos pedidos e reclames que vinham de toda parte, a exemplo de emprego, material para construção e remédios. Mas o presidente sabe que não é só de assistencialismo que se sustenta politicamente um governo. O documentário dá voz ao povo que mora nas favelas para expressarem o que acham do novo cenário do país com Chavez, que não é branco nem oriundo da classe média tradicional, fato inédito na história do país. Tais posições levantaram a ira de fortes grupos econômicos da Venezuela contra o governo bolivariano. No espaço dado ao povo para falarem o que pensam sobre a política nacional, o documentário capta bem as falas dos que nunca tiveram; diversos populares afirmam que nunca tiveram interesse por política, mas agora com Chavez tem participado da vida política, que o presidente governa para os pobres.

O título do documentário não é à toa. Muito da articulação política da campanha contra Chavez se deu através da mídia, sobretudo as redes de TVs privadas. O presidente, a exemplo de outros governantes em diversas partes do mundo, matinha um programa semanal de rádio e TV onde interagira com a população, diferente das redes privadas de televisão, que eram porta-vozes da elite nacional, expressas em figuras como o empresário Pedro Carmona e o presidente de uma central sindical. Mostrando os passos do golpe, o documentário mostra um telejornal de TV privada noticiando uma ação judicial impetrada pela Accion Democrática, coalizão de direita, alegando “insanidade

mental” do presidente da república. A desfaçatez chega ao ponto de a apresentadora do telejornal encerrar a edição dizendo “está chegando a hora para que todos falemos sobre transição, sem Chavez, é claro. Até a próxima quinta-feira”. Kim Bartley e Donnacha O’Briain montam o quebra-cabeça da construção do golpe e o papel da televisão nesse processo. A mídia tem atenção na análise gramsciana ao construir e reproduzir a ideologia dominante. Sabemos que a mídia à época de Gramsci resumia-se a imprensa, que não tinha o alcance da atualidade, mas o militante e teórico italiano reconhecia seu papel estratégico na luta contra-hegemônica ou de sustentação de uma dada hegemonia. Na contemporaneidade, essa questão se complexificou e diversas teorias tentam dar conta do assunto.

Os irlandeses afirmam que no passado alguns governos haviam imposto forte censura, porém com Chavez havia liberdade de expressão. As cinco emissoras de TV privadas, que detinham a maior audiência e eram controladas pelos mais poderosos grupos econômicos, faziam dura oposição ao governo chavista, que só contava com o espaço da TV estatal. O documentário afirma que “de todas as batalhas essa era a que ele mais gostava de encampar”, pois possibilitava falar para todo o país, exercitando seu discurso de alcance popular e articulação internacional, ao condenar o ataque terrorista de 11 de setembro, mas também o ataque *yankee* ao Afeganistão. As opiniões contrárias a Chavez vão se revelando pela mídia, sobretudo pelos telejornais, que evidenciam o descontentamento estadunidense com a política bolivariana. O próprio Secretário de Estado dos EUA, Colin Powell, se manifesta contra o não-alinhamento com Washington, acusando-o de associar-se ao “narco-terrorismo” da Colômbia. Apesar disso, o documentário segue no caminho contrário da opinião dos Estados Unidos e seus representantes na Venezuela, afirmando que o país passava por uma explosão de participação popular.

Interessante notar o trânsito da lente do documentário ao ouvir o povo, mas também saber o que pensava a elite do país, onde *A revolução...* mostra uma reunião da burguesia tecendo duras críticas a Chavez com argumentos risíveis. Mostra também as primeiras manifestações de rua contra o presidente, ao passo que a narração explica que a mudança na política petrolífera do país irritou muitos grupos que sempre se beneficiaram do negócio, enquanto a maioria da população vivia na pobreza. O ataque da mídia se intensifica, acusando Chavez de ser um entrave à prosperidade da nação.

Mostrando os personagens que articularam o golpe contra Chavez, o documentário mostra que Pedro Carmona, presidente da maior federação de empresários do país e Carlos Ortega, presidente de uma central sindical ligada aos interesses conservadores, viajaram até Washington para reunião com assessores da Casa Branca para receberem orientação e apoio logístico para o golpe que se avizinhava. Tudo transmitido como notícia pelos telejornais da Venezuela. Os passos seguintes foram a cooptação de generais do exército, que passaram a assumir um discurso pró Washington.

Em *A revolução não será televisionada*, um mérito do documentário é montar grande parte da história mostrada nos telejornais venezuelanos, como se este fosse tanto fonte de pesquisa como espaço de luta política. As falas dos personagens contrários a Chavez são encadeadas para evidenciar a criação do clima de um possível golpe. Em seguida, mostra a convocação feita pela elite para uma manifestação contra o presidente da república que teria como destino a sede da PDVSA, estatal petrolífera da Venezuela, centro das atenções dos empresários. O documentário afirma expressamente que os manifestantes não sabiam que faziam parte de um plano maior: o golpe de Estado contra o governo Chavez. Da mesma forma, manifestantes pró Chavez se posicionaram em frente a PDVSA para defender o presidente. Porém, a manifestação contra o governo mudou de rumos e dirigiu-se para o Palácio do governo, Miraflores, aos gritos de palavras de ordem para depor Chavez.

O que fica evidente também para os populares favoráveis ao governo é a intensa campanha feita pelas emissoras de TV. Um dos pró Chavez afirma que “o pior de tudo são os meios de comunicação que estão travando uma guerra suja”. Bartley e O’Brian sabiam disso também. O golpe foi televisionado. As imagens seguintes mostram o confronto entre prós e contras Chavez em frente ao Palácio de Miraflores e o clima de insatisfação para justificar o golpe de Estado. O ponto nevrálgico é quando começam a atirar nos manifestantes. A fala do chefe de produção de um telejornal, Andres Izarra, evidencia bem o uso e a manipulação de imagens e versões para construir o golpe: “o canal Venevision tinha uma câmera em frente ao palácio que registrava imagens de gente atirando da ponte. Pensamos que atiram contra a marcha, que não está visível, mas vemos que eles mesmos estão se abaixando e se protegendo de tiros na sua direção. Mas na TV não procuramos saber o que acontecia, simplesmente o condenamos e as

imagens foram manipuladas e repetidas varias vezes para dizer que o ‘chavismo’ tinha assassinado gente e era culpado pelo massacre de Caracas”.

Outro braço importante na articulação do golpe foi o apoio de setores das forças armadas. O Comandante da Marinha, em declaração em TVs privadas, anunciava desconhecer a autoridade do presidente Hugo Chavez. Em Miraflores instalou-se uma confusão por não se saber ao certo em qual informação acreditar. Chavez permanecia em reunião com ministros tentando se informar do tamanho da crise.

O grande mérito de *A revolução não será televisionada* é registrar o momento exato do golpe, inclusive com uma câmera dentro do palácio no momento da prisão de Chavez, num registro de momento histórico de forma impar.

Com a derrubada de Chavez, um dos primeiros passos dos golpistas foi fechar a TV estatal, sendo que as privadas eram as únicas a dar suas versões. Chavez é preso em local desconhecido e ninguém sabe de seu paradeiro. Pedro Carmona, homem de confiança da Casa Branca, assume o governo golpista da Venezuela, sendo que um de seus primeiros atos foi fechar o Congresso Nacional – de maioria pró Chavez – e o Supremo Tribunal Federal. Entre os pró Chaves, a fala era de que “a CIA estava por trás de tudo isso”. Eram explícitos os agradecimentos às emissoras de TV privadas pelo apoio dado ao golpe: Venevision, RCTV, Globovision, Televen e CMT.

O ponto alto do documentário é registrar a força das massas que derrotam os golpistas e restituem o governo a Hugo Chavez. O povo enfrentou e passou por cima de toda mentira, fraude, manipulação da informação, da repressão iminente e mostrou mobilidade. Dois dias depois do golpe, na manha do dia 13 de abril, para denunciar que Chavez “não renunciou! está seqüestrado!” e “não te queremos Carmona! ladrão!”. Centenas de milhares de pessoas nas ruas cercaram o Palácio Miraflores para exigir “queremos Chavez!” e clamar “Chavez amigo, o povo está contigo!”.

O documentário *A revolução não será televisionada* evidencia como a mídia tem papel estratégico na luta contra-hegemônica, assim como o Bloco de Poder lança mão da coerção quando sua hegemonia está ameaçada, utilizando-se do golpe de Estado para reaver o seu “comitê de interesses burgueses”, lócus da dominação capitalista. A

sociedade civil, esfera da construção da contra-hegemonia proposta por Gramsci, foi justamente o espaço onde o documentário mostrava de onde vinha o apoio político a Chavez. A luta política é uma luta de interesses de classe, com interesses dos países centrais de manutenção da dominação. Os produtores Kim Bartley e Donnacha O'Briain, testemunhas oculares do processo histórico, ousaram contar a versão que a grande mídia não contou, e até hoje não conta.

## **BIBLIOGRAFIA**

MARX, Karl. *Manifesto Comunista*. Editora Centauro, 2006

LÊNIN, V. I. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007

BORON, Atílio. *Crisis de las democracias y movimientos sociales en América Latina: notas para una discusión*, in revista OSAL, ano VII, nº 20, mayo-agosto de 2006.

MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

POULANTZAS, Nicos. *Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal Editores, 1977.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

ALMEIDA, Jorge. Estado, hegemonia, luta de classes e os dez meses do governo Lula, in *Crítica Social*, nº 03, dezembro de 2003.

MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

## **FICHA TÉCNICA DO DOCUMENTÁRIO**

Filmado e dirigido por: Kim Bartley e Donnacha O'Briain

Produção: Power Picture associada à Agencia de Cinema da Irlanda

Edição: Angel H. Zoido

Produtor Executivo: Rod Stonemann

Produzido por: David Power

Irlanda, 2003.

Duração: 74 minutos, legendas em português.